

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.564 - SP (2019/0356740-0)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : **ADHEMAR DE BARROS E OUTRO**
ADVOGADOS : **STEFANO FABRO DE MORAES - SP386495**
 ADHEMAR DE BARROS - SP409597
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **NILTON PAULO NOBREGA (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de NILTON PAULO NOBREGA contra decisão de Desembargador integrante do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - HC n. 2230836-74.2019.8.26.0000.

Nesta via, sustenta o impetrante que a existência de recurso próprio não obsta a impetração do *writ* quando evidente o constrangimento ilegal ou flagrante ilegalidade.

Alega que o agravo em execução não seria julgado antes de concretizada a ilegalidade imposta, justificando a utilização do *habeas corpus* para a insurgência contra o ato apontado como coator.

Aduz que o requisito objetivo para a progressão de regime foi reconhecido pela Corte Estadual em reclamação ajuizada pela defesa, inexistindo fundamentos para a requisição de exame criminológico para a comprovação do requisito subjetivo, que sempre se mostrou presente.

Afirma que a fundamentação utilizada pelo Juízo de Execuções para determinar a realização do aludido exame seria inidônea, ofendendo o disposto no verbete 439 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça e o enunciado 26 da Súmula Vinculante.

Assevera que o reeducando preenche os requisitos legais para a promoção ao modo prisional mais brando, nos termos do art. 112 da LEP, defendendo que a longa pena a cumprir e a gravidade abstrata do delito não podem obstar a benesse.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para determinar que o Juízo da execução analise o pedido de progressão de regime do paciente sem a necessidade de realização de exame criminológico. Subsidiariamente, que o Tribunal de origem conheça do *writ* lá impetrado.

É o relatório.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a defesa se insurge contra decisão singular de Desembargador do Tribunal de origem, contra a qual seria cabível agravo regimental, que não foi interposto, o que impossibilita o conhecimento do *writ*, consoante tem decidido este Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. MANDAMUS CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO TRIBUNAL QUE RESTABELECEU PRISÃO PREVENTIVA. NÃO INTERPOSIÇÃO DO RECURSO AO COLEGIADO NA ORIGEM. WRIT

Superior Tribunal de Justiça

INDEFERIDO LIMINARMENTE. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que, não tendo a parte recorrente interposto agravo regimental para esgotamento da instância anterior, com vistas a atender os ditames do art. 105, II, da Constituição Federal, é incabível a impetração do habeas corpus, só se flexibilizando esse entendimento quando constatada ilegalidade flagrante. Precedentes.

2. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 503.168/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe 04/06/2019)

No mesmo diapasão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. INEXISTÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS HÁBEIS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. TRIBUNAL DO JÚRI. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA CONEXO COM CRIME COMUM. COMPETÊNCIA. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE DESEMBARGADOR RELATOR. MANDAMUS NÃO CONHECIDO NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

I - É assente nesta Corte Superior de Justiça que o agravo regimental deve trazer argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r. decisão impugnada por seus próprios fundamentos.

II - A fim de impugnar decisão monocrática de Desembargador Relator que não conheceu do habeas corpus, por ser substituto de recurso próprio, deve-se interpor o agravo regimental para oportunizar o debate da matéria pelo respectivo órgão colegiado e posterior impetração do writ perante esta Corte Superior, a fim de evitar a indesejável supressão de instância.

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 503.313/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 13/05/2019)

Na mesma esteira orienta-se a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a exemplo do seguinte julgado:

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. WRIT AJUIZADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NÃO INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE ANÁLISE DA MATÉRIA PELO COLEGIADO DA CORTE SUPERIOR. NEGADO SEGUIMENTO AO HABEAS CORPUS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. I - A orientação de ambas as Turmas deste

Superior Tribunal de Justiça

Supremo Tribunal é no sentido de que a não interposição de agravo regimental no Superior Tribunal de Justiça – e, portanto, a ausência da análise da decisão monocrática pelo Colegiado – impede o conhecimento do habeas corpus por esta Corte. Precedentes. II – Ausência, no caso sob exame, de teratologia ou ilegalidade manifesta que autorizem a superação do entendimento acima exposto. III – Agravo regimental a que se nega provimento.

(HC 144923 AgR, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 20/02/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-040 DIVULG 01-03-2018 PUBLIC 02-03-2018)

Ademais, ao indeferir liminarmente o *mandamus* originário, a autoridade impetrada consignou que *"a matéria é de competência originária do juízo de execução, não podendo este Tribunal tomar conhecimento sem prévia análise daquela instância, sob pena de supressão de um grau de jurisdição"* (e-STJ fl. 18), entendimento que está em consonância com a jurisprudência deste Sodalício e reforça a impossibilidade de conhecimento deste remédio constitucional.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL CONTRA O NÃO CONHECIMENTO DE RECURSO EM HABEAS CORPUS. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. MATÉRIA NÃO ENFRENTADA PELAS INSTÂNCIAS A QUO. INVIABILIDADE DE DUPLA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

1. Inexiste violação do princípio da colegialidade, nos termos do art. 34, XX, do RISTJ, quando a decisão monocrática for proferida com base na jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

2. Hipótese em que o Tribunal de origem não conheceu do prévio writ, em razão de não haver decisão do Juízo a quo acerca da questão ali suscitada, sendo inviável a análise da matéria diretamente nesta Corte, sob pena de inadmissível dupla instância.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no RHC 119.248/PI, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 07/11/2019, DJe 22/11/2019)

No mesmo vértice:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. 1. ATIPICIDADE DA CONDUTA. CRIME IMPOSSÍVEL. TEMAS NÃO ANALISADOS PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. (...) 4. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O Tribunal de origem não analisou o tema, em virtude da

Superior Tribunal de Justiça

ausência de prévio exame pelo Magistrado de origem. Note-se que para que não haja supressão não é suficiente que o tema seja levado ao conhecimento das instâncias ordinárias, devendo a matéria ser efetivamente analisada, o que não ocorreu na hipótese dos autos. O Magistrado de origem não analisou a alegação de crime impossível, em virtude de ter julgado extinta a punibilidade por outro motivo, e a Corte local, após restabelecer a ação penal, não examinou igualmente, uma vez que incidiria em supressão de instância.

Portanto, eventual conhecimento da matéria diretamente por esta Corte Superior consistiria em dupla supressão de instância.

(...)

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no HC 453.442/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 02/08/2018, DJe 10/08/2018)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefer-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator